

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 8501/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Setembro de 2005 do secretário-geral da Presidência da República:

Maria Clara dos Santos Chambel Dionísio — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, ficando exonerada da anterior categoria na data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2005. — Pelo Secretário-Geral, a Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Graça Ferreira*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 20 791/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Julho de 2005:

Marco Luís Queiroz Sargento — nomeado, precedendo concurso, em regime de comissão de serviço, pelo período probatório de um ano, adjunto parlamentar de 2.ª classe (área de relações públicas e protocolo) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 222). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência

Despacho n.º 20 792/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 30 de Junho de 2005, nomeio o Prof. Doutor José Carlos das Dores Zorrinho coordenador da equipa de projecto encarregue de preparar a proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o Prof. Doutor António Nuno Fernandes Gonçalves Henriques e o licenciado José Manuel Delgado Félix Ribeiro para integrarem esta equipa de projecto.

1 de Setembro de 2005. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Despacho n.º 20 793/2005 (2.ª série). — Por despachos de 25 de Julho e de 26 de Agosto de 2005, respectivamente da presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e do secretário-geral do Ministério da Saúde:

Angelina Maria Cunha Antunes dos Reis Manatas, chefe de secção do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde — requisitada para exercer funções na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, com início em 12 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Setembro de 2005. — A Vice-Presidente, *Ana Palmira Antunes de Almeida*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 212/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 2 de Setembro de 2005, a pedido da Câmara Muni-

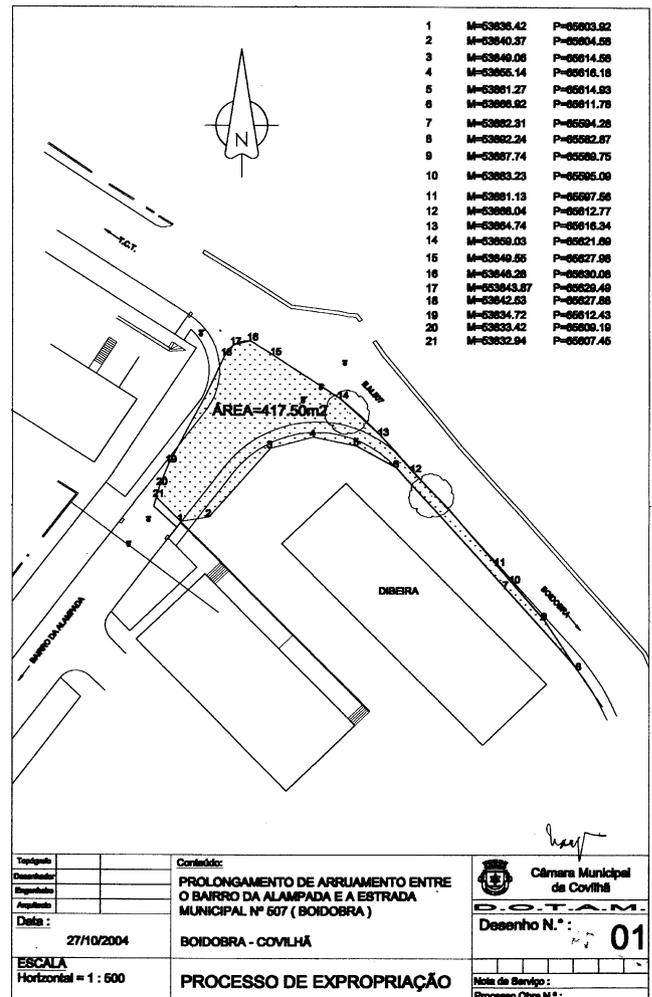
cipal da Covilhã, declarou a utilidade pública da expropriação com carácter urgente da parcela de terreno a seguir referenciada e identificada naquela planta anexa:

Parcela, com a área de 417,50 m², sita na freguesia de Boidobra, concelho da Covilhã, a desanexar do prédio inscrito na matriz predial urbana daquela freguesia sob o artigo 321 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 00458/020394, propriedade da firma DIBEIRA — Distribuidora de Produtos Alimentares da Beira Baixa, L.^{da}

A expropriação destina-se à beneficiação da ligação entre a EM 507 e o Bairro da Alâmpada.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 113/DSJ, de 18 de Agosto, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.025.05 daquela Direcção-Geral.

20 de Setembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



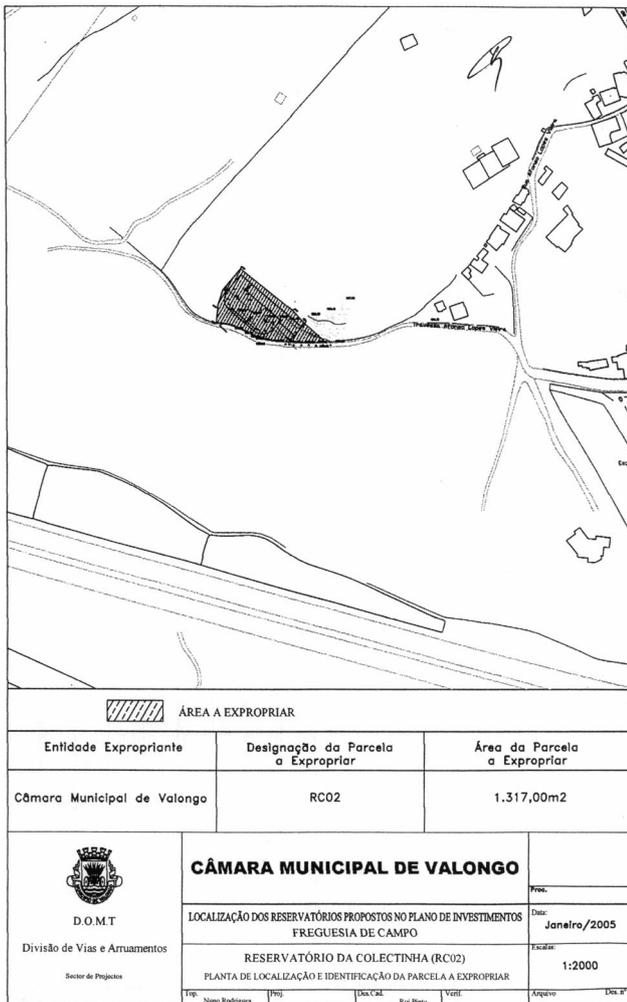
Declaração (extracto) n.º 213/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 8 de Setembro de 2005, a pedido da Câmara Municipal de Valongo, declarou a utilidade pública da expropriação e autorizou a tomada de posse administrativa da parcela de terreno a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

Parcela RCO2, com a área de 1317 m², a desanexar do prédio rústico inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Campo sob o artigo 1411 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 01316/141292, propriedade de Maria Emília da Silva Dias, Martinho Fernando Dias das Neves e Domingos Manuel Dias das Neves.

A expropriação destina-se à execução de infra-estruturas de saneamento básico e águas pluviais — construção dos reservatórios e respectivas adutoras — reservatório da Colectinha (RC02) — freguesia de Campo.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos nas informações técnicas (IT) n.os 55/DSJ, de 14 de Junho de 2005, e 111/DSJ, de 16 de Agosto de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.033.05 daquela Direcção-Geral.

20 de Setembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Declaração (extracto) n.º 214/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 1 de Setembro de 2005, a pedido da Câmara Municipal de Mealhada, declarou a utilidade pública da expropriação com carácter urgente da parcela de terreno a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

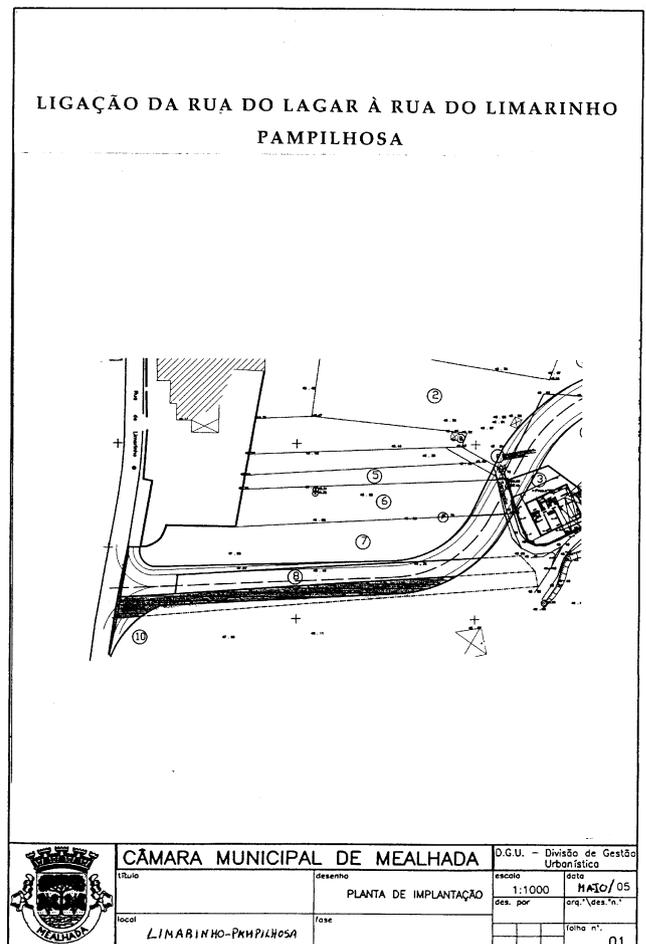
Parcela n.º 9, com a área de 339 m², a destacar do prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Pampilhosa sob o

artigo 2644 e omissa na Conservatória do Registo Predial, propriedade dos herdeiros de Lino Simões Lopes — Maria Alegria Ferreira Mano e Alberto Mano Lopes, casado com Rosa Palmira Pleno Reis Lopes.

A expropriação destina-se à construção da estrada de ligação da Rua do Lagar à Rua do Limarinho, em Pampilhosa.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 107/DSJ, de 8 de Agosto de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.060.05 daquela Direcção-Geral.

20 de Setembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Declaração (extracto) n.º 215/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 2 de Setembro de 2005, a pedido da Câmara Municipal de Arouca, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Área (metros quadrados)	Número da matriz e freguesia		Número da conservatória do registo predial
			Rústica	Urbana	
1	Alda Benvinda Augusta Brandão	6 563,90	898, Arouca	—	00216/191088
2	Mafalda da Conceição Duarte e Sílvia da Conceição da Silva Brandão de Almeida.	4 122	796, Arouca	—	01177/131102